



## Cora Coralina: as bandeiras e os cristãos-novos

Marilia Levi Freidenson\*

O título desta crônica deveria vir com um ponto de interrogação. Na verdade, apenas tive a impressão, a partir da leitura, de encontrar ecos, vestígios e rastros de alguma ancestralidade judaica nos textos da Cora Coralina. Ela, declaradamente católica, talvez nem tivesse conhecimento dessa eventual ascendência.

Em 1977, minha amiga Mariângela Arruda esteve em Goiás Velho. Andando pela cidade ao entardecer avistou uma frágil senhora de idade avançada sentada lendo um livro. Chamou-lhe a atenção que ela, apesar da idade, lia sem óculos. Aproximando-se, com ela começou a conversar. Minha amiga acabou sendo convidada para entrar na casa da senhora e dela ganhou um livro de poemas chamado *Meu livro de cordel*.

Naquela época, só os meus amigos mais chegados sabiam que eu escrevia. Meus poemas só seriam publicados dez anos depois. Mariângela sabia e trouxe-me um livro com dedicatória escrita em letra tremida: “Marilia, este é o livro de uma mulher que no tarde da vida recria e poetisa sua própria vida. Cora Coralina – Cidade de Goiás, 27/5/77 – Casa Velha da Ponte.”

Fiquei encantada com o livro e foi assim que conheci Cora Coralina.

Paulo Bonfim já a considerava “uma das maiores poetisas da língua portuguesa”, mas foi só em 1980 quando Carlos Drummond de Andrade elogiou o seu trabalho que ela passou a ser conhecida em todo o Brasil.

Cora Coralina, pseudônimo de Ana Lins dos Guimarães Peixoto, era filha do desembargador nomeado por D. Pedro II, Francisco de Paula Lins dos Guimarães Peixoto e de Jacinta Luísa do Couto Brandão, filha do Sargento-mor José Luís do Couto Guimarães.

Aninha, como era chamada quando criança, nasceu em 1889 e foi criada na casa conhecida como “a casa velha da ponte”, que teria sido construída em meados do século 18, uma das primeiras da antiga Vila Boa de Goiás.

Sua infância foi profundamente marcada pelo convívio com sua bisavó. No relato da morte de um dos filhos desta, o tio-avô da escritora, encontrei um vestígio que poderia indicar a origem cristã-nova da família. De acordo com o relato, os outros filhos quiseram poupar a mãe e nada lhe disseram. Um ano depois, inadvertidamente, uma velha escrava mencionou o acontecido e foi intimada a dizer toda verdade. Amedrontada, a mulher obedeceu.



Assim, é o relato de Coralina: “A velha mãe ouviu aquilo com os olhos serrados, secos e lábios frementes. Chamou seu filho mais velho, ordenou que não castigasse a escrava... e mandou buscar um prato de cinza. Tomou uma grande tesoura de tosar crina de animal, desenrolou os cabelos e com decisão cortou as duas tranças e cobriu a cabeça de cinza [...]”

Segundo o Padre Humberto Porto, esse não é um costume católico, mas uma prática relacionada ao luto mencionada em textos judaicos. No relato dos Macabeus, Judite, em seu luto patriótico, põe cinzas sobre a sua cabeça; no Livro de Ester, Mardoqueu exprime do mesmo modo o luto do seu povo.

O fato me atçou a curiosidade em saber por que a bisavó de Cora Coralina teria feito isso. De onde ela teria recebido essa informação? Uma hipótese seria que os descendentes dos cristãos-novos talvez, por tradição oral, tenham conservado na alma a remota lembrança de antigos textos judaicos.

De acordo com o escritor Nelson Omegna, “A numerosa presença de sefaraditas nos tempos coloniais é evidenciada por modos de dizer, frases que fazem referência aos seus usos e seus ritos que continuam sendo ditas e ouvidas pelos que já são alheios às suas origens.”

Cora Coralina assim descreve a casa onde voltou a viver na velhice: “Minha casa velha da ponte... algum dia cerimonial foste casa nova, num tempo perdido do passado quando mãos escravas te levantaram em pedra, madeirame e barro. Duras aroeiras, lavradas a machado. Indestrutível casa velha, assentada em pedras brutas e cernes de lei. Ainda vive e pulsa aqui o teu coração imortal, testemunha vigilante do passado.”

A jornalista Ana Maria Tahan, neta de Cora Coralina, apresenta esta versão: “A construção maciça da casa velha da ponte tinha sido erguida por escravos nos idos de 1770 para abrigar o capitão-mor de Villa Boa de Goyaz, Antonio Souza Telles de Menezes. Conta-se que o capitão foi um inconfidente, desgarrado da turma de Minas e perdido no interior de Goiás. Morreu ou foi mandado morrer em 1804. Entre os bens seqüestrados pela Coroa portuguesa estava a casa, comprada em leilão pelo cônego Couto Guimarães.”

Já o relato da avó é um pouco diferente: “Foi nessa casa bem alicerçada e de alto porão que viveu e findou seus dias de forma trágica o senhor Recebedor do Quinto Real, Manoel José Ruiz de Thebas, minha bisavó contava. Não por ela mesma que isso é revelho; de ouvir contar a sua outra bisavó, Vovó Bueno, com sua fala arrastada de ‘polista’, a nora do Anhanguera.”

A história do Brasil conhece dois Anhangueras com o nome de Bartolomeu Bueno da Silva: pai e filho. O primeiro Anhanguera, Bartolomeu Bueno, era filho de Francisco Bueno, que faleceu em embates contra os jesuítas no Rio



Grande do Sul (em 1638), e de Felipa Vaz. Por parte de pai, era neto do espanhol Bartolomeu Bueno de Ribeira, dito “O Sevilhano”, que chegou em São Paulo em 1581, e de Maria Pires, nascida em 1564, filha de Salvador Pires e Mécia Fernandes. Esta era também conhecida como Mécia Açú porque sua mãe descendia do Cacique de Ururaí, Piquirobi, índio de São Vicente. Seu pai, Antônio Rodrigues, foi um dos dois portugueses encontrados por Martim Afonso de Sousa em 1532, que não se sabe como vieram parar no litoral paulista. O outro era João Ramalho.

Bartolomeu Bueno, casado com Isabel Cardoso, teve nove filhos entre os quais se destacou Bartolomeu Bueno da Silva, o Moço, também chamado de Anhanguera, que nasceu em Parnaíba, São Paulo, em 1672, e ainda menino acompanhou o pai ao sertão. Segundo a versão oficial, Bartolomeu Bueno faz parte daqueles primeiros bandeirantes que movidos pelas dificuldades econômicas, pelo tino sertanista e pelo espírito de aventura, partiram de São Paulo aproveitando-se, inclusive, da localização geográfica da vila, que se assentava num centro de circulação fluvial e terrestre, para desbravar o interior do Brasil.

É possível também supor que assombrados pela Inquisição, os cristãos-novos paulistas se movimentassem pensando que a vigilância seria mais difícil nos distantes sertões e serras.

Segundo Omegna, “Pode-se dizer que nas estradas, judeus e bandeirantes que tantas vezes eram um só e o mesmo homem, achavam o caminho da sua salvação.”

A Inquisição, que já estendera seus tentáculos até o nordeste do Brasil desde 1591, estava se aproximando. O Visitador Pedro de Moura encontrava-se no Rio de Janeiro em 1640 quando começou o movimento dos paulistas para expulsar os padres da Sociedade de Jesus de São Paulo, a chamada “Botada dos padres fora”. Os jesuítas foram expulsos do Colégio em 13 de julho de 1640, mas a eles retornaram em 1653.

Continuando a história dos Bueno, em 1682, Bartolomeu Bueno partiu de São Paulo com destino aos sertões do Planalto Central acompanhado de Bartolomeu Bueno da Silva, seu filho caçula. A expedição atravessou o território que hoje corresponde ao Estado de Goiás e seguiu até o rio Araguaia. Na volta, encontrou uma aldeia indígena do povo Goiá. Seus membros usavam, segundo consta, adornos de ouro.

A lenda é conhecida. Como os índios se recusassem a indicar o lugar de onde retiravam o ouro, Bartolomeu Bueno despejou aguardente numa vasilha e ateou fogo, dizendo aos indígenas que faria o mesmo em todos os rios e fontes se não



informassem o local. Assustados, os índios o chamaram de *Anhanguera* que significa “Diabo Velho” (ou alma velha) e lhe mostraram o local.

Bartolomeu Bueno voltou à Parnaíba com o filho e “muitos índios apreendidos e conquistados, em quantidade tão expressiva que se poderia, com eles, fundar uma vila”, conforme afirma Silva Leme em sua *Genealogia paulistana*. No entanto, o bandeirante voltou sem explorar as minas, mas certo da abundância do ouro na localidade.

A pecha de caçadores de índios atribuída indiscriminadamente aos bandeirantes, não convence. Não combina com as múltiplas evidências de convivência entre os paulistas e os naturais da terra. Sergio Buarque de Holanda cita, em *A língua geral em São Paulo*, o Padre Antonio Vieira: “É certo que as famílias dos portugueses e índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas às outras [...] que a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios.” Um relatório escrito em São Paulo por volta de 1692, dizia: “os filhos primeiro sabem a língua do gentio do que a materna.” Isto é, a portuguesa.

Em 1720, Bartolomeu Bueno da Silva (filho) dirigiu uma representação a Dom João V, pedindo licença para voltar às terras de Goiás, onde seu pai encontrara ouro. Em troca, solicitava do soberano o direito de cobrar taxas sobre as passagens de rios que conduziam às minas goianas. Aceita a oferta, organizou a expedição e partiu de São Paulo em 1722 com a intenção de novamente embrenhar-se pelos sertões que percorrera quarenta anos antes com o pai.

Sob seu comando, a bandeira seguiu para Goiás com numerosa parentela e, após três anos e muitas dificuldades, encontrou a região onde havia estado anteriormente. Em 1725, já com mais de 50 anos, conseguiu achar ouro no rio Vermelho e fundou o arraial de Sant’ana (ou Arraial da Barra, o nome varia conforme a fonte). Foi então nomeado por Dom João V o Capitão-Mor Regente das Minas, com poderes, inclusive, de conceder sesmarias.

Cora Coralina descreve a chegada da bandeira: “Mesmo na frente da casa velha, do lado de lá do rio, há mais de duzentos anos, caminhando para trezentos tomou chegada a Bandeira dos “Polistas”. Porto da Lapa foi chamado o lugar onde desembarcou no dia 26 de julho de 1728 a gente do Anhanguera. Desembarcou e logo trataram todos de levantar a igreja da Lapa em honra e glória da Nossa Senhora dos Caminheiros que, depois de passadas e erradas sem conta pelo grosso do sertão, os trazia, afinal, no roteiro certo da tribo Goiá.”

Vale lembrar que a Inquisição portuguesa só terminaria formalmente em 1821. A perseguição aos cristãos-novos era implacável, principalmente quando havia riquezas envolvidas. Todo cuidado era pouco.



Em 1739, o arraial foi elevado à categoria de vila e chamado de Vila Boa de Goiás, atualmente a cidade de Goiás conhecida como Goiás Velho.

A bisavó de Cora Coralina, nascida em 1821, portanto antes da Independência, falava-lhe sobre seus antigos ancestrais. A bisavó desta, nora de Anhanguera, “raça de Bueno, bandeirante”, era “aquela mesma que na velhice, viuvez e pobreza, teve de repor com seus lavrados e de suas filhas, certa arrouba de ouro, pedida pelo velho Bandeirante e de cuja dádiva antecipada discordou o Rei de Portugal. História feia e mesquinha que deslustra a generosidade de um soberano e que o cronista custa a recordar.”

O comentário de Cora Coralina fica por aí e não explica mais nada, é sabido que a pretexto de que Anhanguera havia sonogado as rendas reais, o direito de passagem lhe foi retirado em 1733. Segundo outra informação, ele foi acusado de sonegação de impostos, começou a perder prestígio junto à coroa e sua autoridade foi progressivamente sendo limitada pelos delegados do rei.

Esta fonte é mais esclarecedora: “Bartolomeu Bueno da Silva, o Moço, que propiciou substancial aumento de riqueza à Coroa de Portugal, gastando na descoberta das minas toda a fortuna que havia herdado dos pais, faleceu pobre na Vila de Goiás em 1740, mesmo porque a promessa de conceder-lhe uma arroba de ouro das rendas obtidas com a extração do metal não foi cumprida, ordenando-se, isso sim, a restituição da quantia já recebida, com o seqüestro dos bens do beneficiado se não fosse efetuada.”

Possivelmente, era preferível ser acusado por sonegação do que cair nas malhas do Santo Ofício. Isso, obviamente, é apenas uma conjectura, mas o fato é que a busca do ouro aguçou cobiças, multiplicou desconfianças, atçou delações e afiou as garras ao fisco.

Mergulhados no sertão remoto onde afluíam as ricas jazidas de ouro, os bandeirantes começaram a fazer suas casas como fortalezas, não de taipa socada comum às vilas de São Paulo e Minas, mas de paredões de pedras, não só para muradas exteriores, mas até na divisão interior de cômodo para cômodo.

Conforme observou o arquiteto Elvin Dubugras, as casas eram construídas com uma estrutura de troncos indestrutíveis de aroeira. Em pesados entravamentos se erguia a parede de granito. A casa, como uma fortaleza, resistia ao tempo. Ainda hoje as casas são as mesmas.

Coralina confirma essa informação em relação à casa velha da ponte: “A casa desta estória vem do século XVIII, foi bem traçada em pedra desconforme e bruta, fácil, contraditória e braço escravo barato, para levantar com boas amarrações junto a fornidas aroeiras. Pelo tempo as reformas foram nenhuma.”



Continuando a falar da casa, Coralina faz a seguinte ressalva: “História mesmo do acontecido, com H, não encontrei em nenhum papel amarelado, mas que existiu, existiu mesmo. Minha bisavó, meu avô estavam cansados de contar, e os antigos eram sempre os donos da mentira e da verdade. [...] Na falta do exato, forte e bem configurado, conto o que ouvi e a mais não estou empenhada.”

O relato prossegue: “Certo foi que na dita casa que ainda lá está, viveu este Thebas Recebedor e mais sua escravatura de serviço e seu escravo de confiança, Venâncio. O senhor Thebas Ruiz, apesar do cargo alto e da mais alta confiança del Rei, era dado a grossas pagodeiras que acabavam em jogatinas e bebedices [...] e juntadas ‘coisas e loisas’, certo foi que uma alma piedosa – à moda do tempo – passou língua escrita para o Reino. Delator, testemunho falso, caluniador, era mesmo o que não faltava. Muitos queriam mostrar seus zelos pelas coisas santas del Rei. [...] anônimos e assinados não faltavam. Corriam mesmo com mais velocidade do que permitiam o atraso do tempo e a lonjura dos caminhos. Não passaram seis meses de um zunzum abafado de grossas perdas no carteadado pagos com ouro não muito do recebedor, já vinha perto o substituto legal e cartas pesadas para o Senhor Ouvidor abrir devassa, com meirinho na porta e escolta para conduzir o criminoso a outro foral que não o de Vila Boa. Avisos chegaram também ao Recebedor para que se precatassem sem perda de tempo, se resguardassem do que estava em caminho. Tentando se safar, o recebedor arrumou numa grande bandeja forrada e recoberta de linho, pesadas barras de ouro, moedas luzentes, valiosos lavrados, uma baixela pesada de prata reinol, etc., “e lá se foi o fiel Venâncio levar a oferta ao colega chegante”, que rejeitou o suborno. “Consta mesmo que nem levantou a ponta do pano pra ver a quanto ia [...].”

Percebendo que estava perdido, o recebedor tomou todo ouro que havia na casa ... e mais pratarias e lavrados, “fechou tudo numa arca de boa cabiúna preta, atarraxada de grossas ferragens de forja. Pelo alçapão que havia na sala desceu a escada com o escravo. Ali, em lugar incerto e jamais sabido encafurnou o guardado *per omnia secula seculorum. Amen.*” Assim, “quando chegou o senhor Ouvidor, o Provedor, escrivão, meirinhos e testemunhas e arrombaram a casa em nome da Lei, o que encontraram mesmo na sala bem composta foi o seu Thebas Ruiz e o escravo Venâncio mortos, e ainda um resto de veneno ... na caneca de louça do Recebedor e na cuia do escravo.”

O corpo do negro foi jogado na vala. “Já para enterrar o recebedor deu mais trabalho. Reunião e consultas [...] devia o corpo do Recebedor ser levado ao sagrado ou não.” Foi enterrado do lado de fora da Igreja matriz. A casa, “fechada e selada conforme a Lei [...] e o disposto das Ordenações do Reino.”



Muito tempo depois, a casa foi posta em hasta pública e arrematada pelo Sargento-mor, José Luis do Couto Guimarães, pai do já mencionado Cônego Couto, que posteriormente a herdou. “Quando em conversas na casa se referiam ao tesouro do Thebas, meu pai, minha avó contavam que o Cônego ouvia calado e resumia: eu nada guardei, nada procuro.” Era superstição corrente em Goiás que aquele que procura, acha e aproveita “enterro de ouro” sofre alguma desgraça. Morto o Cônego, a casa foi passada em testamento ao seu sobrinho, José Luis do Couto Guimarães, avô de Cora Coralina.

Ela conta o resto: “Pelos fins de um mil e oitocentos e tantos, chegou a Goiás, nomeado por decreto do Imperador o Desembargador da Província, Dr. Francisco de Paula Lins dos Guimarães Peixoto que adquiriu a casa do meu avô e acabou se casando com minha mãe, viúva de um primeiro matrimônio.”

Ele também nunca se interessou em procurar o ouro.

Concluo com uma poesia de Cora Coralina que evidencia, de forma inequívoca, sua identificação com o povo que pode, quem sabe, ter sido seus antepassados:

ISRAEL... ISRAEL...

O débito universal

jamais quitado

Perseguidos. Espoliados. Rejeitados.

Discriminados. Escravizados. Gazeados redivivos.

Povo Heróico.

De tua crença indômita veio o Deus único.

De teu povo veio o Cristo.

Veio a Virgem Maria.

Vieram os Profetas.

Os evangelistas.

E os grandes ensinamentos dos Evangelhos.

No Decálogo orienta-se

toda a Civilização do Ocidente.

Ainda não existiam os códigos

dos povos civilizados e já os princípios imutáveis

da Lei e da Justiça estavam inseridos

nas páginas remotas do Pentateuco

e deles serve-se o Direito Contemporâneo.

Judeu, meu irmão.



-----

\* **Marilia Levi Freidenson** nasceu em São Paulo, em 1940. É autora de *Sequência*, livro de poemas publicado em 1987, por Massao Ohno. Foi diretora de História Oral do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro e organizou *Passagem para a América: relatos da imigração judaica em São Paulo* e *Carta de chamada: relatos da imigração judaica em São Paulo de 1930 até 1942*.